



Entrevista com professora Maria Helena de Moura Neves (UPM; Unesp Araraquara/CNPq)

Juliano Desiderato Antonio¹ e Hércius Batista Pereira^{2*}

¹Departamento de Teorias Linguística e Literárias, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil. ²Programa de Pós-Graduação em Letras, Departamento de Língua Portuguesa, Universidade Estadual de Maringá, Avenida Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: hbpereira@uem.br

Received on May 3, 2022.

Accepted on May 3, 2022.

Introdução

Maria Helena de Moura Neves é professora emérita pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. No início de 2020, venceu, na categoria sênior, a primeira edição do prêmio Ester Sabino, criado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo para valorizar pesquisadoras que contribuem para o desenvolvimento científico. A professora Maria Helena é uma das maiores responsáveis pelo avanço dos estudos funcionalistas no Brasil e, até o momento, já orientou mais de 200 trabalhos, dentre TCCs, ICs, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado. Além das dezenas de livros e das centenas de trabalhos publicados, foi a primeira e é, até o momento, a única mulher no Brasil a escrever uma gramática. A 'Gramática de Usos do Português' foi lançada em 2000 e, apoiada em uma base de dados de 70 milhões de ocorrências, mostra como a língua portuguesa é utilizada pelos falantes brasileiros na atualidade. Como se não fosse o suficiente, a Professora Maria Helena lançou em 2018 a sua segunda gramática, intitulada 'A Gramática do Português revelada em textos', obra que se compõe, nas palavras da autora, de lições gramaticais feitas a partir de textos reais.

A entrevista

Pergunta: A pesquisa da língua em uso no Brasil encontrou nos últimos anos um significativo desenvolvimento. Diversas pesquisas em diferentes IES foram realizadas buscando descrever o funcionamento da língua em situações reais de uso, o que resultou em teses, em artigos, em gramáticas e em dicionários. E, evidentemente, sua contribuição para esse trabalho foi fundamental, tanto na produção de pesquisas como na formação de pesquisadores preparados para essa observação da língua. Há ainda muito a ser descrito nessa área? Para quais caminhos não trilhados deveríamos seguir para descrição da língua em uso?

Maria Helena de Moura Neves: Com certeza a pesquisa da língua em uso se desenvolveu bastante no Brasil nos últimos anos, especialmente consideradas determinadas correntes, que tiveram polos de investigação estabelecidos nas nossas universidades. Naturalmente se foram compondo blocos de seguidores avançados de determinadas correntes relevantes, dada a permeação que nossos pesquisadores têm conseguido fazer com os diversos centros (especialmente do exterior) irradiadores das propostas. Nesse sentido, houve também crescimento do processo formador, obtido com a incorporação de orientandos em torno de orientadores, especialmente no nível pós-graduado. É o caminho natural das teorias, e entre nós pode-se reconhecer que, de fato, conseguiu-se bastante avanço, o que não significa que muito ainda não haja para ser descrito na área. Na verdade, sempre vai haver, porque a expressão pela linguagem não tem limites além daqueles que compõem as regras de cada sistema. Não acredito que a busca central seja por caminhos 'não' trilhados, o essencial é que os caminhos trilhados (em trilha bastante determinada) não desprezem ou desconheçam o todo de uma visão científica da língua natural em uso (ou seja, da 'linguagem').

Pergunta: Como a pesquisa da língua em uso impactou o ensino e a aprendizagem no ensino básico? A Sra. avalia que os atuais livros didáticos chegaram a incorporar algo das pesquisas realizadas ou ainda estamos distantes disso? Como fazer para que as questões apontadas pelas pesquisas do uso da língua ultrapassem os muros das universidades e cheguem até as escolas?

Maria Helena de Moura Neves: Pelo menos de minha parte, não é visível nenhum ‘impacto’, não havendo, na verdade, um ‘como’ a investigar e especificar. É verdade que, infelizmente, não tenho acompanhado diretamente o que se faz na realidade das salas de aula do ensino básico. O que tenho podido ver, sim, é que os livros didáticos em geral continuam repetindo as inadequações que temos acompanhado em toda a nossa história de exame do trabalho com a gramática em sala de aula. Em recente análise de 7 coleções de livros de Ensino fundamental (Neves, 2017), encontrei, na seção dedicada à Gramática, os mesmos problemas que encontrara em uma ampla análise que havia feito mais de 30 anos antes. Essa investigação, dos anos de 1980, foi diretamente provinda de entrevistas e exame de material com os 170 professores desse nível que haviam procurado um curso de atualização promovido pela Secretaria da Educação de São Paulo, que eu então coordenava (Neves, 2019b). O que apurei foi exatamente que os professores não conseguiam apontar nenhum dado quanto ao ‘para que tinham servido’, aquelas tantas atividades gramaticais que eles vinham desenvolvendo continuamente em sala de aula. Não vejo progresso sensível nesse sentido, infelizmente.

Pergunta: Em sua história acadêmica, além de realizar muitas pesquisas e de formar pesquisadores, a Sra. também atuou de maneira significativa na constituição de *corpus*, notadamente o trabalho que resultou no chamado *Córpus de Araraquara*. Sem a constituição de bancos de dados como este não há como se fazer descrição da língua em uso. Como a Sra. avalia os bancos de dados linguísticos no Brasil? Evoluímos nessa questão nas últimas décadas? Que caminhos podemos seguir nessa área?

Maria Helena de Moura Neves: Falar do banco de dados (de língua escrita) que compusemos na Unesp de Araraquara (com coordenação do Professor Francisco da Silva Borba) é ‘voltar’ no tempo com tudo o que pode significar esse ‘voltar’. Estabelecemos, para composição de nosso *córpus*, obras pertencentes a 5 tipos de produção impressa: literatura, oratória, linguagem técnica, traduções e imprensa, nos seus diversos gêneros. No ‘início do início’ copiávamos (professores e alunos), manuscritamente, em fichas recortadas de folhas de papel usadas (que a Gráfica da universidade nos fornecia já cortadas na metade), grandes trechos de linguagem que recolhíamos segundo parâmetros de representatividade que estabelecíamos. Foram construídas caixas de madeira estreitas e muito longas, exatamente para que dentro delas se enfileirassem essas nossas meias-folhas de papel manuscritas. O bom era que a sala de Lexicografia de nossa Faculdade tinha uma mesa muito comprida em que essas caixas podiam ser enfileiradas, lado a lado. Mais adiante, com auxílio que obtive da Fapesp, todo esse acervo foi digitalizado, compondo o *Folio Views*, um *córpus* de mais de 200 milhões de ocorrências de língua portuguesa escrita, de vários gêneros e de todos os tipos textuais, dos séculos XVI a XXI, que está armazenado no Centro de Estudos Lexicográficos da FCL-Unesp-Câmpus de Araraquara.

E qual a finalidade de um trabalho tão difícil, cumprido por aquele bando de estudiosos esforçados nos anos 1980? A proposta que o Professor Borba e eu tínhamos era a produção de 2 obras coletivas: um dicionário de usos do português (coordenado por ele) e uma gramática de usos do português (de minha autoria). E realmente fizemos, em equipe, 4 dicionários de usos do português: o primeiro (Borba, 1990) marcou bem essa sua origem, porque foi um dicionário ‘gramatical’; e o segundo foi o que exatamente se projetava como um ‘dicionário de usos’, levando exatamente esse título (Borba, 2002). A ‘gramática de usos’, que também levou exatamente esse título, eu projetei e elaborei individualmente (Neves, 2011). Nenhum verbete dos dicionários, e também nenhuma lição gramatical, foi redigido sem ancorar-se, já na partida, em usos documentados em produção efetiva de linguagem.

Essa foi uma história que teve peso em uma produção extremamente relevante em nossa Universidade, com certeza. Quanto a falar do que se está conseguindo no Brasil na obtenção de bancos de dados, o que se vê, felizmente, é muito esforço e grandes progressos.

Pergunta: Sua trajetória inicial na academia passou por Grego e Alemão. Aliás, o seu doutorado, finalizado em 1978, foi em língua grega. Um dos poucos dicionários Grego x Português disponível hoje ainda para os estudiosos dessa língua é de sua autoria. Como a Sra. avalia que os estudos dessas línguas puderam contribuir para o seu trabalho na descrição linguística de uma maneira geral e, mais especificamente, para os estudos da gramática do Português?

Maria Helena de Moura Neves: Na minha formação em Grego, marco 3 fases. A graduação foi em Letras (Português-Grego) em 1970, na FCL-Unesp de Araraquara, na 1ª turma de Grego da Unesp, e tenho a grata lembrança de ter ajudado, já a partir do 2º ano da Graduação, na preparação do material para ensino da gramática grega, e atuando oficialmente como monitora a partir do 3º ano. No ‘após Graduação’, fiz uma Especialização de 2 anos (1973-1974) em Língua e Literatura grega, também na Unesp - Araraquara (com o Prof. Robert Aubreton, que, naquela época, estava no Brasil, vinculado à FCLH-USP). E, afinal, cursei a Pós-

graduação em Letras Clássicas-Grego na FCLH-USP, a partir de 1974, defendendo a minha tese em 1978. Quanto à minha atuação docente em Grego, fui professora de Graduação da FCL-Unesp de Araraquara na disciplina Língua e Literatura Grega, de 1972 a 1987, quando passei a atuar apenas na Pós-graduação da Universidade, e aí já não em Grego, porque nunca houve Pós-graduação em Grego na FCL-Unesp. A minha admissão em 1972 foi por concurso de provas, não havendo requisito de título de Pós-Graduação, já que, na época, não havia titulados em Grego provindos de universidades do Brasil.

A Graduação que fiz me proporcionou, além de Língua e Literatura grega, uma formação sólida em Linguística e Língua Portuguesa, acrescentando-se o fato de que, em seguida à Graduação, fiz também uma Especialização de 2 anos (1972-1973) em Linguística, com outro professor inspirador, que foi Francisco da Silva Borba, com quem trabalhei por dezenas de anos, a seguir, em Linguística, em Filologia e em Lexicografia. E foi exatamente dentro desse nicho de ancoragem em Linguística e Filologia portuguesa que concebi a minha tese de Doutorado em Letras Clássicas-Grego. A pergunta de pesquisa que eu carregava comigo desde que dava minhas aulas de 'gramática' do Português no Ensino Fundamental e Médio (onde estive muito tempo) era exatamente esta: 'O que é que levaria um indivíduo (ou um povo) a empreender a elaboração de uma gramática' de sua língua?'. Ou seja: Que grau de visão teórica acerca da linguagem seria necessário para que indivíduos entendessem que a língua tem uma 'gramática' a ser verificada?

Ora, a gramática que temos no Ocidente é oriunda, exatamente, de uma gramática do 'grego', e, então, o meu caminho era por aí. O que se foi tornando evidente em minhas investigações foi que, para se pôr nesse empreendimento, esses indivíduos já teriam desenvolvido a percepção de que 'uma coisa são as coisas' e 'outra coisa é a linguagem'. A partir daí, ficava entendido que existe uma 'linguagem das coisas' (por exemplo, uma pessoa poder falar sobre um 'copo' ou sobre o 'amor'), mas também existe uma 'linguagem da linguagem' (uma pessoa pode falar sobre uma 'sentença' da sua própria linguagem, ou sobre uma 'expressão' que está na fala de outra pessoa; e assim por diante). A investigação empreendida foi-me permitindo percorrer esse desenvolvimento do pensamento grego sobre linguagem sustentado na noção da existência de uma metalinguagem (o que, afinal, permite chegar-se à necessidade de atenção a um 'sistema' em cada língua). Existe, pois, um 'sistema' a ser investigado, em se tratando de uma língua, e nesse sentido é que acompanhei aquilo que deu título à minha tese: 'A emergência da disciplina gramatical entre os gregos'.

Toda a fundamentação da pesquisa foi alicerçada, pois, na Linguística (incorporando Filologia), embora exigisse determinadamente a visão e as lições de textos gregos de Filosofia, assim como de textos gregos literários (muito especificamente de Homero). E por aí fui. Ressalto que só pude trilhar esse percurso graças a meu sábio orientador, José Cavalcante de Souza, especialista em Filosofia e em Literatura grega, que me fez percorrer toda essa busca do conhecimento filosófico sobre a natureza da linguagem vista no pensamento grego sobre a linguagem. Complementarmente, havia a necessidade de leitura de obras teóricas que já tivessem ido a essa investigação das fontes primeiras do interesse grego pela língua (e sua 'gramática'), mas isso exigia de mim a leitura de estudiosos alemães, e em um tempo em que não estavam facilmente disponíveis traduções das obras. Eu já havia percebido tal impasse desde minhas primeiras motivações para a composição da tese, e, assim, logo após a minha Licenciatura em Grego, eu já havia feito novo vestibular para Graduação em alemão, que concluí em 1974 (exatamente o ano em que me matriculei na Pós-graduação em Letras clássicas - Grego da USP).

Quanto ao 'Dicionário grego-português' (Malhadas, Dezotti, & Neves, 2006; 2007; 2008; 2009; 2010), que foi elaborado para constituir uma ferramenta de trabalho para o estudante e o leitor de grego clássico, eu o considero um capítulo de minha vida profissional dos mais significativos. Não sou coordenadora única nem autora única dele, obviamente (ver a tripla indicação tanto de coordenação quanto de autoria). Centrado na FCL da Unesp de Araraquara, ele teve sua elaboração inicial partilhada por uma equipe brasileira de experiência docente em Língua Grega, mas sua elaboração, afinal, ficou reduzida à equipe da coordenação, indicada nas referências. A obra foi idealizada por Daisi Malhadas, minha professora de Grego na Graduação, e teve participação muito relevante de Maria Celeste Consolin Dezotti, minha ex-aluna de Grego e minha orientada de Mestrado (com a dissertação 'A Fábula esópica anônima: uma contribuição ao estudo dos atos de fábula'). Inicialmente, com o grande grupo, procedeu-se apenas a uma adaptação das formulações do *Dictionnaire Grec-Français*, de V. Magnien e M. Lacroix, um dicionário escolar que se destaca pelo arranjo prático de seus registros. Essa era a meta inicial, mas, em trabalho subsequente, ampliou-se a proposta, e, tanto para a macroestrutura quanto para a microestrutura (a natureza das definições), as formulações dos verbetes recorreram a todos os demais dicionários com grego como língua fonte disponíveis, enquanto, para a busca dos exemplos para exame, recorreu-se diretamente às fontes gregas.

A obra – que é, até hoje, o único dicionário geral grego-português que existe publicado – foi editada pela Ateliê Editorial, em 5 volumes, 1 volume por ano, de 2006 a 2010, porque as edições foram sendo feitas conforme concluíamos cada um dos volumes. Passados quatro anos, a edição se esgotou, e a Ateliê sinalizou a oportunidade de reeditar a obra em novo formato, reunindo os 5 volumes em um único. Agora, revisto, o dicionário está sendo reeditado em volume único, e já em fase final de envio ao prelo dos originais.

Pergunta: Em geral, a gramática é concebida como um sistema fechado, e as categorias são vistas como formas discretas e estanques. Em seus trabalhos, a Sra. tem defendido a ideia da fluidez categorial. A Sra. poderia dar alguns exemplos de como isso acontece na gramática?

Maria Helena de Moura Neves: Eu tenho uma atenção especial para a relação entre a ‘categorização’ gramatical das peças de linguagem e os ‘processos’ de constituição do enunciado, questão que é o centro de meu livro ‘Texto e gramática’ (Neves, 2018b), no qual se pode encontrar exatamente o plano teórico de minha ‘Gramática de usos do português’ (Neves, 2011), que assim se resume: o estabelecimento das ‘categorias’ da linguagem decorre do exame do processamento da linguagem.

Defendo, assim, que as lições gramaticais destinadas a estudantes nunca poderiam partir da ‘definição’ das categorias, pois saber ‘definir’ uma entidade significa já ter adquirido o máximo conhecimento sobre ela: significa ter atingido um nível de abstração que represente o ponto de chegada do conhecimento, não o de partida. Assim, o caminho para que os estudantes passem a ter a noção exata de como se defina, realmente, cada uma das peças que entram nos constructos gramaticais só pode ser percorrido a partir do real processamento das construções (portanto, funcionalmente). Assim, por exemplo, é a partir do processo da ‘predicação’ (o processo básico de constituição do enunciado) que se pode chegar à caracterização da categoria ‘verbo’ (Neves, 2018a). A predicação, por sua vez, pede os ‘objetos de discurso’ referenciados que se relacionem dentro da sua trama (dentro do *frame* ativado), e aí se institui o segundo processo de constituição do enunciado, que é ‘referenciação’, a partir do qual se pode caracterizar, por exemplo, a categoria ‘substantivo’, assim como a categoria ‘pronomes substantivo’, que o representa, porque tem a mesma distribuição sintagmática na ordem dos enunciados.

Lembremos que os dicionários que os alunos são levados a consultar, nas atividades escolares, já trazem, a cada entrada, a categorização do item (‘subst.’, ‘adj.’; etc.), porque essa é uma das ‘tarefas’ que compete aos dicionários cumprir. Mas já lembremos, também, que o mesmo item pode entrar em um dicionário como pertencente a mais de uma classe: por exemplo, ele pode entrar como ‘subst.’ e também como ‘adj.’, caso que podemos exemplificar com o termo ‘doce’: ‘Comi um doce gostoso’, ‘Bebi um café doce’). E o exemplo mostra, bem simplesmente, que é apenas do processamento textual que pode ser depreendida a ‘classe’ de palavra.

Ocorre que os dicionários ortodoxos, que são os usualmente correntes, estabelecem as categorias de suas entradas, maciçamente, pela tradição lexicográfica, que não faz verificação de uso, e, conseqüentemente, não tem suporte para verificação dos deslizamentos categoriais que se processam na língua no correr do tempo. Isso facilmente se verifica cotejando-se certos dicionários tradicionais, que apenas se repetem, em sucessivas edições, com os dicionários ‘de usos’ (raríssimos), ou com dicionários que se vão atualizando, mesmo que apenas topicamente, pela consideração de alguns usos novos. Esse contraste é verificável facilmente, e tenho indicações sobre isso em Neves (2012), obra que nos trará, aqui, os principais comentários sobre esta questão. Pode-se afirmar que, a rigor, apenas os dicionários de usos estabelecem com segurança as categorias que, naquele ponto da história da língua, podem ser atribuídas às palavras que constituem as suas entradas.

Sabemos que, exatamente pela sua funcionalidade, os itens da língua não mantêm estanque a sua categorização (ou as suas categorizações), na passagem do tempo, e, nessa obra citada, trato amplamente a fluidez categorial, visível em deslizamentos categoriais a que são levados os itens da língua, no uso. Na Introdução do livro, quando anuncio o capítulo 3, assim explano o que sucede nessa direção: a) “[...] a contínua redefinição da relação entre formas e funções, operada no uso, leva à readaptação contínua do sistema linguístico [...]”; b) “[...] tal flexibilidade do sistema leva à multiplicidade dos arranjos [...]”; c) “[...] o múltiplo aproveitamento desse aparente desarranjo leva à renovação [...]”; d) “[...] a renovação, garantida pelo caráter sempre emergente da gramática, leva ao contínuo equilíbrio do sistema” (Neves, 2015, p. 14-15).

Para o capítulo 4 do livro, minha introdução mostra que defendo “[...] a necessidade de atenção às pressões discursivas e às motivações cognitivo-perceptuais que atuam na interação linguística [...]” e de “[...] recurso a posições teóricas funcionalistas que sustentam a proposição”. O que ponho no centro da questão é “[...] a indeterminação da linguagem, que condiciona uma multiplicidade de relações e uma multiplicidade de

tensões, tudo a determinar mais fluidez do que rigidez no uso linguístico, ou seja, mais acomodações contínuas do que instalações imutáveis” (Neves, 2015, p. 14-15).

A seguir, anunciando o Capítulo 5, que trata das ‘instabilidades’, aponto que “[...] esse olhar sobre a língua baseado no reconhecimento de fluidez no estabelecimento e na definição de categorias implica a aceitação dos deslizamentos categoriais como perturbadores das sistematizações rígidas”. Vem contraposto, entretanto, o fato de que isso “[...] leva à avaliação dessa fluidez como garantidora de uma proposição mais fiel e segura, mais real e sustentável do sistema da língua, em cada momento de sua organização e/ou reorganização”. Essa fluidez é avaliada, afinal, como “[...] garantidora de uma proposição mais fiel e segura, mais real e sustentável do sistema da língua, em cada momento de sua organização e/ou reorganização”. É necessário, pois, “[...] que se aceite uma redefinição contínua da relação entre formas e funções, e uma readaptação contínua do sistema linguístico (organização categorial e codificação gramatical) [...]”, o que tem como corolário “[...] o caráter emergencial da gramática, tema constantemente invocado nos estudos funcionalistas em geral” (Neves, 2015, p. 15-16).

E no capítulo 6, que sai das ‘instabilidades’ e passa a anunciar a discussão dos ‘princípios’ que regulam esses fatos, ponho foco exatamente no tema ‘A gramática e as categorias’, com a indicação de que “[...] os estudos linguísticos sempre se pautaram por um estabelecimento de categorias para a língua, apesar da evidente diluição de fronteiras que existe, e que deve ser admitida” (Neves, 2015, p. 16).

Remeto, ainda, ao capítulo ‘Categorização e indeterminação na linguagem’, de Neves (2019a), que discute muitos exemplos da questão.

Pergunta: Agora em fevereiro a Sra. venceu a primeira edição do prêmio Ester Sabino, criado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo para valorizar pesquisadoras que contribuem para o desenvolvimento científico. Avalie a importância desse prêmio para as mulheres pesquisadoras, principalmente da área de estudos da linguagem.

Maria Helena de Moura Neves: O prêmio ‘Ester Sabino’ foi instituído para premiar ‘mulheres cientistas’, e meu nome foi proposto para concorrer a esse prêmio por algum pesquisador, como instruí o edital. A Comissão Julgadora, que analisou o mérito, indicou 3 finalistas (sem classificação), e eu estava entre elas, na categoria sênior (mais de 35 anos de idade). A premiação final, porém, não foi por análise avaliativa, foi por ‘voto popular’ (portanto aberto a qualquer indivíduo), a ser registrado em *link* disponibilizado nesse mesmo edital.

Ligo a obtenção desse prêmio não apenas à minha longa trajetória de trabalho na área, mas também à operosidade que, de fato, sempre mantive, especialmente quanto a pôr empenho no trabalho docente. Assumo também minha preocupação contínua de seguimento de uma linha coerente de preocupação com rigor científico, obviamente dentro de minhas possibilidades.

Mas nada disso é questão de mérito, propriamente. Na verdade, é apenas o empenho prazeroso que pode dar lucros. Assim, particularmente registro o grande prazer pessoal que sinto no trabalho intenso e contínuo que desenvolvo, assim como registro a grande satisfação pessoal que minha vida profissional sempre me deu (e me dá), atribuído isso simplesmente ao fato de que ‘gosto muito do que faço’. E, nos meus pronunciamentos sobre o prêmio, fiz questão de entregar aos jovens a lição de que é necessário haver prazer e entrega nas missões e tarefas em que cada um se põe, para que algo se consiga.

E outro recado que dou aos iniciantes e a todos os mais jovens – porque isso foi o que veio à minha mente, quando me vi ‘premiada’ – é o de nunca perderem a oportunidade de reconhecer, incorporar e levar pela vida fora a fala sábia dos mestres sábios que tiverem encontrado: tive muitos, e, sem eles, sei que muito menos eu teria conseguido. E pode-se ver que dei testemunho disso em certos pontos desta entrevista. Digo a eles que sempre reconheçam o que receberam de seus verdadeiros mestres, porque esse partilhamento não diminuirá em nada o que cada um é. Apenas acrescentará.

Referências

- Borba, F. S., Longo, B. N. O., Camargo, C. O., Nascimento, E. M. F. S., Mauro, E. W. V., Dezotti, J. D., Fiorin, J. L., ... Ignácio, S. E. (1990). *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. São Paulo, SP: Unesp.
- Borba, F. S., Neves, M. H. M., Longo, B. N. O., Bazzoli, M. B., Ignácio, S. E., & Dezotti, M. C. C. (2002). *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo, SP: Ática.
- Malhadas, D., Dezotti, M. C. C., & Neves, M. H. M. (2006). *Dicionário grego-português. Volume 1*. São Paulo, SP: Ateliê Editorial.

- Malhadas, D., Dezotti, M. C. C., & Neves, M. H. M. (2007). *Dicionário grego-português. Volume 2*. São Paulo, SP: Ateliê Editorial.
- Malhadas, D., Dezotti, M. C. C., & Neves, M. H. M. (2008). *Dicionário grego-português. Volume 3*. São Paulo, SP: Ateliê Editorial.
- Malhadas, D., Dezotti, M. C. C., & Neves, M. H. M. (2009). *Dicionário grego-português. Volume 4*. São Paulo, SP: Ateliê Editorial.
- Malhadas, D., Dezotti, M. C. C., & Neves, M. H. M. (2010). *Dicionário grego-português. Volume 5*. São Paulo, SP: Ateliê Editorial.
- Neves, M. H. M. (2011). *Gramática de usos do português* (2a ed.) São Paulo, SP: Unesp.
- Neves, M. H. M. (2012). *A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo, SP: Parábola.
- Neves, M. H. M. (2017). Categorias gramaticais em materiais didáticos. In V. C. Casseb-Galvão & M. H. M. Neves (Orgs.), *O todo da língua: teoria e prática do ensino de português* (p. 123-140). São Paulo, SP: Parábola.
- Neves, M. H. M. (2018a). *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo, SP: Unesp.
- Neves, M. H. M. (2018b). *Texto e gramática. Os processos básicos de constituição do enunciado* (2a ed.). São Paulo, SP: Contexto.
- Neves, M. H. M. (2019a). *Ensino de língua e vivência de linguagem: temas em confronto* (2a ed.). São Paulo, SP: Contexto.
- Neves, M. H. M. (2019b). *Gramática na escola* (8a ed.). São Paulo, SP: Contexto.